

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	7
DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	16
DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	17
Demonstração de Valor Adicionado	18

Comentário do Desempenho	19
--------------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	31
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	33
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	35
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	36

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	380.000
Preferenciais	0
Total	380.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	1.603.199	1.614.152
1.01	Ativo Circulante	28.481	37.995
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	11.062	19.234
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.782	14.528
1.01.01.03	Banco Conta Vinculada	2.280	4.706
1.01.03	Contas a Receber	13.973	13.753
1.01.03.01	Clientes	13.973	13.753
1.01.06	Tributos a Recuperar	20	333
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	20	333
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.203	560
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.223	4.115
1.01.08.03	Outros	2.223	4.115
1.02	Ativo Não Circulante	1.574.718	1.576.157
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	211.651	187.489
1.02.01.07	Tributos Diferidos	166.852	141.574
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	166.852	141.574
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	44.799	45.403
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	44.799	45.403
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	0	512
1.02.01.10.03	Deposito Judicial	0	512
1.02.03	Imobilizado	7.927	8.117
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.150	3.170
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	4.777	4.947
1.02.04	Intangível	1.355.140	1.380.551
1.02.04.01	Intangíveis	1.355.140	1.380.551
1.02.04.01.02	Intangíveis	1.355.140	1.380.551

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	1.603.199	1.614.152
2.01	Passivo Circulante	121.233	145.108
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	12.136	11.396
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	12.136	11.396
2.01.02	Fornecedores	11.076	6.786
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	11.076	6.786
2.01.03	Obrigações Fiscais	15.431	15.620
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	15.431	15.620
2.01.03.01.03	Obrigações Fiscais Curto Prazo	15.431	15.620
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	70.144	95.552
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	66.594	90.520
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	66.594	90.520
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	3.550	5.032
2.01.05	Outras Obrigações	12.446	15.754
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	12.397	10.088
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	12.397	10.088
2.01.05.02	Outros	49	5.666
2.01.05.02.04	Outros	49	5.666
2.02	Passivo Não Circulante	1.218.174	1.155.788
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.115.817	1.051.954
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.114.575	1.051.632
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.114.575	1.051.632
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	1.242	322
2.02.02	Outras Obrigações	2.253	3.028
2.02.02.02	Outros	2.253	3.028
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais	2.253	3.028
2.02.03	Tributos Diferidos	88.413	87.900
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	88.413	87.900
2.02.04	Provisões	11.691	12.906
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	11.691	12.906
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	3.403	3.047
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.268	2.513
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	5.020	7.346
2.03	Patrimônio Líquido	263.792	313.256
2.03.01	Capital Social Realizado	380.000	380.000
2.03.02	Reservas de Capital	49.710	49.710
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	49.710	49.710
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-165.918	-116.454

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	64.043	183.242	68.394	232.629
3.01.01	Receita Operacional líquidas	64.043	183.242	68.394	232.629
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-41.049	-152.204	-72.983	-198.899
3.02.01	Custo dos serviços prestados e de construção	-41.049	-152.204	-72.983	-198.899
3.03	Resultado Bruto	22.994	31.038	-4.589	33.730
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-7.172	-16.644	-10.020	-27.923
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.172	-16.644	-10.020	-27.923
3.04.02.01	despesas Administrativas	-2.727	-7.904	-3.410	-10.162
3.04.02.02	Salários e encargos sociais	-1.600	-5.023	-1.925	-6.222
3.04.02.03	Amortização	-1.359	-3.258	-3.572	-6.616
3.04.02.04	Administradores	-145	-436	-183	-548
3.04.02.05	Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	-1.341	-23	1.229	2.006
3.04.02.06	Outras receitas (despesas) não recorrentes	0	0	-2.159	-6.381
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	15.822	14.394	-14.609	5.807
3.06	Resultado Financeiro	-28.028	-88.623	-17.921	-39.746
3.06.01	Receitas Financeiras	11.514	25.313	321	15.746
3.06.01.01	Receitas Financeiras	11.514	25.313	321	15.746
3.06.02	Despesas Financeiras	-39.542	-113.936	-18.242	-55.492
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-39.542	-113.936	-18.242	-55.492
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-12.206	-74.229	-32.530	-33.939
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	3.748	24.765	9.451	10.403
3.08.02	Diferido	3.748	24.765	9.451	10.403
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-8.458	-49.464	-23.079	-23.536
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-8.458	-49.464	-23.079	-23.536
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,022	-0,13	-0,061	-0,062

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-8.458	-49.464	-23.079	-23.536
4.02.01	Prejuízo do período	-8.458	-49.464	-23.079	-23.536
4.03	Resultado Abrangente do Período	-8.458	-49.464	-23.079	-23.536

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	49.401	38.968
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	43.753	50.049
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) líquido do período	-49.464	-23.537
6.01.01.02	Margem de construção	-125	-387
6.01.01.03	Outras Obrigações	-5.655	0
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social diferido	-24.765	-10.403
6.01.01.05	Amortização	37.371	38.466
6.01.01.08	Recomposição AVP	349	166
6.01.01.10	Juros sobre obrigações fiscais e fornecedores	0	13
6.01.01.11	Provisão para demandas judiciais	-1.727	5.130
6.01.01.12	Juros dispensados BNDES	-24.971	-15.326
6.01.01.13	Baixa de intagível	0	1.981
6.01.01.15	Juros e multas sobre empréstimos e financiamentos	112.740	53.946
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	5.648	-11.081
6.01.02.01	Clientes e operações a receber	-221	2.581
6.01.02.02	Custas a receber empresas ligadas, operações comerciais	603	-5.884
6.01.02.03	Impostos a recuperar	313	-51
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-643	-418
6.01.02.05	Outros Valores à receber	2.025	-773
6.01.02.06	Fornecedores	4.329	-7.527
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	740	5.272
6.01.02.10	Outras Obrigações	0	2.704
6.01.02.12	Direito de uso	-2.844	0
6.01.02.14	Impostos, taxas e contribuições	-963	11
6.01.02.15	Contas a pagar empresas ligada, operacoes comerciais	2.309	-6.996
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-8.821	-16.405
6.02.01	Adições ao ativo intangível	-8.851	-16.405
6.02.02	Baixa de Investimentos	30	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-48.752	-25.521
6.03.06	Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-48.752	-25.521
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-8.172	-2.958
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	19.234	23.750
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	11.062	20.792

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	380.000	49.710	0	-116.454	0	313.256
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	380.000	49.710	0	-116.454	0	313.256
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-49.464	0	-49.464
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-49.464	0	-49.464
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	380.000	49.710	0	-165.918	0	263.792

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	380.000	49.710	0	-220.461	0	209.249
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	380.000	49.710	0	-220.461	0	209.249
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-23.537	0	-23.537
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-23.537	0	-23.537
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	380.000	49.710	0	-243.998	0	185.712

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2021 à 30/09/2021	Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
7.01	Receitas	201.786	255.237
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	195.187	237.922
7.01.02	Outras Receitas	6.599	17.315
7.01.02.01	Receita de construção	4.945	15.288
7.01.02.02	Outras receitas	1.654	2.027
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-98.423	-143.149
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-85.717	-118.104
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-7.886	-10.145
7.02.04	Outros	-4.820	-14.900
7.02.04.01	Custo de Construção	-4.820	-14.900
7.03	Valor Adicionado Bruto	103.363	112.088
7.04	Retenções	-35.963	-38.495
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-35.963	-38.495
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	67.400	73.593
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	25.314	15.746
7.06.02	Receitas Financeiras	25.314	15.746
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	92.714	89.339
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	92.714	89.339
7.08.01	Pessoal	29.304	35.289
7.08.01.01	Remuneração Direta	22.070	27.428
7.08.01.02	Benefícios	5.685	6.330
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.549	1.531
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-2.665	15.708
7.08.02.01	Federais	-12.442	3.800
7.08.02.02	Estaduais	0	-1
7.08.02.03	Municipais	9.777	11.909
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	115.539	61.879
7.08.03.01	Juros	113.936	55.492
7.08.03.02	Aluguéis	7	7
7.08.03.03	Outras	1.596	6.380
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-49.464	-23.537
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-49.464	-23.537

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	1.603.199	1.614.152
1.01	Ativo Circulante	28.481	37.995
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	11.062	19.234
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.782	14.528
1.01.01.03	Banco Conta vinculada	2.280	4.706
1.01.03	Contas a Receber	13.973	13.753
1.01.03.01	Clientes	13.973	13.753
1.01.06	Tributos a Recuperar	20	333
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	20	333
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.203	560
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.223	4.115
1.01.08.03	Outros	2.223	4.115
1.02	Ativo Não Circulante	1.574.718	1.576.157
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	211.651	187.489
1.02.01.07	Tributos Diferidos	166.852	141.574
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	166.852	141.574
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	44.799	45.403
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	44.799	45.403
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	0	512
1.02.01.10.03	Deposito Judicial	0	512
1.02.03	Imobilizado	7.927	8.117
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.150	3.170
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	4.777	4.947
1.02.04	Intangível	1.355.140	1.380.551
1.02.04.01	Intangíveis	1.355.140	1.380.551
1.02.04.01.02	Intangíveis	1.355.140	1.380.551

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	1.603.199	1.614.152
2.01	Passivo Circulante	121.233	145.108
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	12.136	11.396
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	12.136	11.396
2.01.02	Fornecedores	11.076	6.786
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	11.076	6.786
2.01.03	Obrigações Fiscais	15.431	15.620
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	15.431	15.620
2.01.03.01.03	Obrigações Fiscais Curto Prazo	15.431	15.620
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	70.144	95.552
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	66.594	90.520
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	66.594	90.520
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	3.550	5.032
2.01.05	Outras Obrigações	12.446	15.754
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	12.397	10.088
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	12.397	10.088
2.01.05.02	Outros	49	5.666
2.01.05.02.04	Outros	49	5.666
2.02	Passivo Não Circulante	1.218.174	1.155.788
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.115.817	1.051.954
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.114.575	1.051.632
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.114.575	1.051.632
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	1.242	322
2.02.02	Outras Obrigações	2.253	3.028
2.02.02.02	Outros	2.253	3.028
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais	2.253	3.028
2.02.03	Tributos Diferidos	88.413	87.900
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	88.413	87.900
2.02.04	Provisões	11.691	12.906
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	11.691	12.906
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	3.403	3.047
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.268	2.513
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	5.020	7.346
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	263.792	313.256
2.03.01	Capital Social Realizado	380.000	380.000
2.03.02	Reservas de Capital	49.710	49.710
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	49.710	49.710
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-165.918	-116.454

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	64.043	183.242	68.394	232.629
3.01.01	Receita Operacional líquidas	64.043	183.242	68.394	232.629
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-41.049	-152.204	-72.983	-198.899
3.02.01	Custo dos serviços prestados e de construção	-41.049	-152.204	-72.983	-198.899
3.03	Resultado Bruto	22.994	31.038	-4.589	33.730
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-7.172	-16.644	-10.020	-27.923
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.172	-16.644	-10.020	-27.923
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-2.727	-7.904	-3.410	-10.162
3.04.02.02	Salários e encargos sociais	-1.600	-5.023	-1.925	-6.222
3.04.02.03	Amortização	-1.359	-3.258	-3.572	-6.616
3.04.02.04	Administradores	-145	-436	-183	-548
3.04.02.05	Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	-1.341	-23	1.229	2.006
3.04.02.06	Outras receitas (despesas) não recorrentes	0	0	-2.159	-6.381
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	15.822	14.394	-14.609	5.807
3.06	Resultado Financeiro	-28.028	-88.623	-17.921	-39.746
3.06.01	Receitas Financeiras	11.514	25.313	321	15.746
3.06.01.01	Receitas Financeiras	11.514	25.313	321	15.746
3.06.02	Despesas Financeiras	-39.542	-113.936	-18.242	-55.492
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-39.542	-113.936	-18.242	-55.492
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-12.206	-74.229	-32.530	-33.939
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	3.748	24.765	9.451	10.403
3.08.02	Diferido	3.748	24.765	9.451	10.403
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-8.458	-49.464	-23.079	-23.536
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-8.458	-49.464	-23.079	-23.536
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-8.458	-49.464	-23.079	-23.536
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.99.01.01	ON	0,022	-0,13	0,065	0,066

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-8.458	-49.464	-23.079	-23.536
4.02.01	Prejuízo do período	-8.458	-49.464	-23.079	-23.536
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-8.458	-49.464	-23.079	-23.536
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-8.458	-49.464	-23.079	-23.536

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	49.401	38.968
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	43.753	50.049
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) líquido do período	-49.464	-23.537
6.01.01.02	Margem de construção	-125	-387
6.01.01.03	Outras Obrigações	-5.655	0
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social diferido	-24.765	-10.403
6.01.01.05	Amortização	37.371	38.466
6.01.01.08	Recomposição AVP	349	166
6.01.01.10	Juros sobre obrigações fiscais e fornecedores	0	13
6.01.01.11	Provisão para demanda judiciais	-1.727	5.130
6.01.01.12	Juros dispensados BNDES	-24.971	-15.326
6.01.01.13	Baixa de intangível	0	1.981
6.01.01.15	Juros e multas sobre empréstimos e financiamentos	112.740	53.946
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	5.648	-11.081
6.01.02.01	Clientes e operações a receber	-221	2.581
6.01.02.02	Contas a receber empresas ligadas, operações comerciais	603	-5.884
6.01.02.03	Impostos a recuperar	313	-51
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-643	-418
6.01.02.05	Outros valores à receber	2.025	-773
6.01.02.06	Fornecedores	4.329	-7.527
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	740	5.272
6.01.02.10	Outras Obrigações	0	2.704
6.01.02.12	Direito de uso	-2.844	0
6.01.02.14	Impostos, taxas e contribuições	-963	11
6.01.02.15	Contas a pagar empresas ligadas, operações comerciais	2.309	-6.996
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-8.821	-16.405
6.02.01	Adições ao ativo intangível	-8.851	-16.405
6.02.02	Baixa de Investimentos	30	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-48.752	-25.521
6.03.06	Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-48.752	-25.521
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-8.172	-2.958
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	19.234	23.750
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	11.062	20.792

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	380.000	49.710	0	-116.454	0	313.256	0	313.256
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	380.000	49.710	0	-116.454	0	313.256	0	313.256
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-49.464	0	-49.464	0	-49.464
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-49.464	0	-49.464	0	-49.464
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	380.000	49.710	0	-165.918	0	263.792	0	263.792

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	380.000	49.710	0	-220.461	0	209.249	0	209.249
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	380.000	49.710	0	-220.461	0	209.249	0	209.249
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-23.537	0	-23.537	0	-23.537
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-23.537	0	-23.537	0	-23.537
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	380.000	49.710	0	-243.998	0	185.712	0	185.712

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2021 à 30/09/2021	Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
7.01	Receitas	201.786	255.237
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	195.187	237.922
7.01.02	Outras Receitas	6.599	17.315
7.01.02.01	Receita de construção	4.945	15.288
7.01.02.02	Outras receitas	1.654	2.027
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-98.423	-143.149
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-85.717	-118.104
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-7.886	-10.145
7.02.04	Outros	-4.820	-14.900
7.02.04.01	Custo de construção	-4.820	-14.900
7.03	Valor Adicionado Bruto	103.363	112.088
7.04	Retenções	-35.963	-38.495
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-35.963	-38.495
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	67.400	73.593
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	25.314	15.746
7.06.02	Receitas Financeiras	25.314	15.746
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	92.714	89.339
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	92.714	89.339
7.08.01	Pessoal	29.304	35.289
7.08.01.01	Remuneração Direta	22.070	27.428
7.08.01.02	Benefícios	5.685	6.330
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.549	1.531
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-2.665	15.708
7.08.02.01	Federais	-12.442	3.800
7.08.02.02	Estaduais	0	-1
7.08.02.03	Municipais	9.777	11.909
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	115.539	61.879
7.08.03.01	Juros	113.936	55.492
7.08.03.02	Aluguéis	7	7
7.08.03.03	Outras	1.596	6.380
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-49.464	-23.537
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-49.464	-23.537



Divulgação de Resultados – 3T21

Goiânia, 11 de novembro de 2021 – A Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A., é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de Goiânia – GO, e possui como acionista a TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A., anuncia os resultados do terceiro trimestre de 2021. Os dados de receita líquida aqui divulgados excluem a receita de construção (receita líquida ajustada)¹, exceto quando especificado. Os resultados são comparados ao mesmo período do ano anterior, exceto quando mencionado.

Destaques

-
- Segmento de rodovias: arrecadação de pedágio de R\$ 178,4 milhões¹.
 - EBITDA ajustado de R\$ 52,6 milhões²;
 - Impactos Covid-19.

¹Dados ajustados calculados a partir da exclusão da receita de construção de ativos de concessão da receita líquida total.

²Dados ajustados calculados a partir da margem de construção (receita de construção – custo de construção – ICPC 01 e OCPC 05) e adição do rateio de despesas da controladora.

Mensagem da Administração

A Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. ("Concebra", "Companhia" ou "Concessionária") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de Goiânia, Goiás, e possui como acionista a TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. ("TPI" ou "Controladora"). A Companhia tem por objeto a exploração, com exclusividade, sob o regime legal de concessão, do sistema rodoviário do trecho da BR 060, BR 153 e BR 262 DF/GO/MG, totalizando 1.176,50 km, sendo: 630,20 km da BR 060 e BR 153, desde o entroncamento com a BR 251, no Distrito Federal, até a divisa dos estados de Minas Gerais e São Paulo, e 546,30 km da BR 262, do entroncamento com a BR 153 ao entroncamento com a BR 381, no estado de Minas Gerais e dos respectivos acessos, inclusive realizando a recuperação, manutenção, melhoramento, monitoração, conservação e operação. O prazo de duração da Companhia será o necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do contrato de concessão celebrado com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, nos termos do Edital de Concessão nº 004/2013 - com prazo fixado de 30 anos a partir de 31 de janeiro de 2014, podendo ser prorrogado em comum acordo entre a Companhia e o poder concedente, conforme condições específicas estabelecidas no contrato de concessão.

Extinta a concessão, retorna ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário

Para a execução dos serviços conforme o Programa de Exploração da Rodovia ("PER"), a Concessionária conta com 24 bases operacionais que prestam serviços de atendimento ao usuário, 02 postos de pesagem veicular, 12 bases da polícia rodoviária federal, 06 lotes de manutenção e conservação e 11 praças de pedágio ao longo de 1.176,50 km da rodovia. Os trabalhos iniciais foram executados nos 12 primeiros meses, com serviços de recuperação do pavimento, sinalização horizontal e vertical, elementos de proteção e segurança, canteiro central e faixa de domínio, drenagem e OAC (Obras de Arte Correntes), OAE (Obras de Arte Especiais), sistema elétrico e de iluminação e reformas das edificações existentes.

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias federais, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros cinco anos da concessão, os quais nesse período de maior concentração das obras seriam financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, e, a partir de então, com capital dos acionistas, geração de caixa e captações adicionais no mercado financeiro.

Por ocasião do lançamento da licitação, o poder concedente incluiu no respectivo edital a previsão de contratação de financiamento de longo prazo em até 12 (doze) meses e após isso em 04 de setembro de 2013, foi publicada a Carta de Apoio dos Bancos Públicos, assinada pelo BNDES, pela Caixa Econômica Federal - CEF e pelo Banco do Brasil - BB, dispondo condições excepcionalmente subsidiadas em relação ao mercado nos financiamentos para o setor de rodovias. Subsídio esse dado pelo governo federal a partir do BNDES que permitiria a manutenção de uma tarifa baixa de pedágio aos usuários.

Desta forma, ao candidatar-se à licitação e ao aceitar a assinatura do contrato a Concessionária baseou-se na expectativa legítima de obtenção do financiamento que, de fato, era imprescindível à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, especialmente diante de um cronograma bastante apertado de investimentos, previsto para a execução das obras de ampliação e melhorias na rodovia nos primeiros 5 (cinco) anos de fruição da concessão.

Nesse contexto, no dia 24 de fevereiro de 2016, o BNDES aprovou o financiamento de longo prazo da Companhia, no valor de R\$3.600.000, com taxa de juros TJLP + 2,00% (com exceção do montante de R\$470.000 que previa taxa de juros TJLP + 3,74%), com carência de amortização até o final do ano de investimentos (previsto em 5 anos) e prazo de amortização de 20 anos.

Torna-se evidente assim que o financiamento governamental subsidiado era, de fato e de direito, elemento essencial das condições da concorrência.

Comentário do Desempenho

CONCEBRA

Após mudança de orientação de política pública por parte do poder concedente (Governo), o prometido financiamento de longo prazo foi indeferido, sendo declarado antecipadamente vencido o empréstimo ponte no dia 15 de dezembro de 2016, sendo esse o motivo da inadimplência da Companhia à época e, ainda, a razão que a impediu de buscar outras formas de financiamento no mercado.

Como não se confirmaram as condições inicialmente apresentadas para a obtenção de financiamento público, tendo sido liberados apenas empréstimos pontes de uma pequena parte do valor prometido, a Companhia foi obrigada a arcar com parte considerável dos investimentos, em montante muito superior ao inicialmente previsto, desconfigurando e tornando inviáveis as obrigações assumidas pela Concessionária. Além do aporte contratual previsto de R\$380.000, a Controladora aportou adicionalmente R\$105.000, como bem pode ser observado nas demonstrações contábeis divulgadas pela Companhia em exercícios anteriores.

Em 23 de dezembro de 2019, a Companhia, reafirmando seu compromisso com o usuário, assinou junto ao BNDES o instrumento de confissão e reescalonamento da dívida decorrente do contrato de financiamento nº 14.2.0495.1 de 15 de julho de 2014 (Empréstimo Ponte), e com interveniência (aval) da TPI. O novo formato da negociação prevê o pagamento da dívida pela Companhia em 72 parcelas, por meio de retenção de um percentual da receita, mais parcela única com vencimento em 15 de dezembro de 2025 a ser quitada com aporte da Controladora.

A repactuação com o BNDES representava um passo importante para o direcionamento estratégico da Companhia considerando os possíveis cenários que se avizinhavam, sendo a continuidade do contrato firmado com o Governo Federal, ou o processo de Relicitação conforme prevê a lei 13.448/17.

A Companhia esclarece que em 08 de julho de 2019, ingressou com pedido de abertura de processo arbitral junto a Câmara de Comercio Internacional - CCI, em face da ANTT. Referido processo arbitral visa solucionar controvérsias surgidas durante a execução do Contrato de Concessão firmado pela União, por intermédio da ANTT, e a Concebra, em decorrência do desequilíbrio econômico-financeiro do contrato e da mora do citado órgão regulador em resolvê-lo.

Tal medida encontra amparo na cláusula 37 do Contrato de Concessão que prevê que as Partes se obrigam a resolver por meio de arbitragem as controvérsias e/ou disputas oriundas ou relacionadas ao Contrato e/ou a quaisquer contratos, documentos, anexos ou acordos a ele relacionados.

Em 10 de junho de 2019 a Companhia, através da 3ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal (SJDF), obteve decisão e sentença liminar que assegura que a ANTT se abstenha da aplicação de penalidades tais como: caducidade, redução tarifária a partir da aplicação de fator D, cobrança de valores ou exigências de cumprimento de quaisquer obrigações contratuais até que o tribunal arbitral, ao qual foi submetida a ação principal, pronuncie-se sobre a questão ou até que a Agência solucione o desequilíbrio econômico-financeiro. Em 30 de julho de 2019 foi obtida decisão ratificando a decisão liminar, tornando seus efeitos estáveis.

Em junho de 2020, diante de decisão proferida no âmbito da arbitragem, a Ordem Processual nº 03 suspende a sentença que mantinha a tarifa de pedágio obtida em sentença judicial. A partir daí, a ANTT foi autorizada a aplicar a redução de 37,32% na tarifa de pedágio com vigência a partir do dia 28 de junho de 2020. A Concebra requereu reconsideração desta decisão junto a Câmara Arbitral (CCI) ainda em julho de 2020. Em análise ao pedido de reconsideração, os árbitros entenderam ser necessário afastar eventual risco de insolvência da Concebra, assegurando uma receita mínima para a manutenção dos serviços prestados e, deste modo, decidiram em 30 de outubro de 2020 que a ANTT, no prazo máximo de 60 dias, deveria apresentar o cálculo de qual seria o valor da tarifa de pedágio da concessão de forma a assegurar o equilíbrio de caixa da Concessionária (break even point). Considerando que, após o prazo de 60 dias a ANTT apresentou ao Tribunal Arbitral tarifa não condizente com a metodologia determinada, a Companhia espontaneamente apresentou seus cálculos tarifários, a partir de uma análise técnica realizada pela empresa Tendencias Consultoria.

Ante considerável redução da tarifa de pedágio e consequente redução da arrecadação, o Plano de Investimentos foi suspenso desde 2020.

Adicionalmente, o Governo Federal estabeleceu a possibilidade de devolução amigável de contratos de concessão, por meio do processo de relicitação, disposto pela Medida Provisória nº 752, que posteriormente foi convertida na



Comentário do Desempenho

CONCEBRA

Lei nº 13.448/17 e regulamentada pelo Decreto nº 9.957/19 em agosto de 2019. Em dezembro de 2019, a ANTT publicou a Resolução nº 5.860/19, estabelecendo a metodologia para o cálculo dos valores indenizáveis em caso de extinção antecipada do contrato de concessão.

Em abril de 2020 a Concebra apresentou requerimento à ANTT para adesão à relicitação, porém o processo estava suspenso em razão na indefinição da tarifa. No mês de março de 2021, a Companhia decidiu por reapresentar o pedido de adesão à relicitação. Dentre outros fatores que justificam a decisão pela relicitação, destacam-se: a não solução dos diversos desequilíbrios do contato de concessão; a drástica alteração no cenário econômico em relação ao previsto e considerado no momento da licitação; a impossibilidade da reprogramação dos investimentos decorrente da não conversão em lei da Medida Provisória nº 800/17; e, principalmente a imprevisível redefinição da política pública de financiamento de longo prazo, que frustrou a liberação de crédito prometido e aprovado, acarretando em consequências gravíssimas na relação econômico-financeira com o poder concedente.

No dia 22 de junho de 2021 conforme Deliberação nº 216, a Diretoria da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), considerando que a pactuação da relicitação seria a melhor alternativa regulatória, visando um melhor serviço prestado ao usuário, aprovou a proposta enviada pela Concebra. A decisão se deu durante a reunião do colegiado realizada por videoconferência e foi publicada no Diário Oficial da União no dia 23 de junho de 2021. Em 21 de setembro de 2021, foi publicada no Diário Oficial da União, a Resolução CPPI nº 191, que recomenda a qualificação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), para fins de relicitação, do empreendimento público federal BR-060/153/262/DF/GO/MG, entre Brasília/DF, Fronteira/MG e Betim/MG.

O processo de relicitação prevê diversas etapas, dentre elas a qualificação do empreendimento para a relicitação (aprovada pelo PPI em 21/09/2021 e aguardando a assinatura presidencial), a assinatura de um termo aditivo, a indenização dos ativos, bem como a efetiva realização de uma nova licitação. Durante o cumprimento de todas essas etapas a Concebra permanecerá operando a via e prestando serviço aos seus usuários.

Impactos da pandemia da Covid-19 nas operações da Companhia

Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde ("OMS") declarou a pandemia da Covid-19, doença causada pelo novo Coronavírus. Em decorrência da pandemia, e visando a contenção da doença no país, vários estados e municípios brasileiros começaram a decretar Estado de Emergência e em 20 de março de 2020 foi reconhecido o Estado de Calamidade Pública pelo Congresso Nacional. Dentre as medidas implementadas pelos governantes, foi determinado em vários estados e municípios o fechamento de estabelecimentos comerciais e a recomendação do isolamento social.

A Companhia implementou um plano de contingências visando proteger a saúde dos colaboradores, seus familiares, prestadores de serviço, usuários e sociedade em geral. As principais medidas do plano foram: afastamento dos profissionais dos grupos de risco, isolamento domiciliar de profissionais com sintomas de gripe ou com suspeita de infecção; intensificação das medidas de higienização e fornecimento de álcool gel nos escritórios, postos de atendimento e principalmente nas praças de pedágio; divulgação de campanhas educativas e informativas, seguindo orientações das autoridades sanitárias; adoção de regime de teletrabalho ("home office") para todos os profissionais enquadrados; adoção de turnos de trabalho e uso de máscaras de proteção para os profissionais não afastados ou em home office; suspensão de viagens não essenciais; suspensão de eventos e reuniões presenciais; disponibilização de ferramentas e incentivo para realização de reuniões por meio de videoconferência.

Importante mencionar que 38% das receitas de pedágio são recebidas à vista e as tarifas dos usuários que utilizam os sistemas de cobrança automática são repassadas às concessionárias pelas Administradoras de Meios de Pagamento para Arrecadação de Pedágio - Amaps, que são detentoras do risco de inadimplência dos usuários. Desta forma, não foram identificados riscos relacionados aos recebíveis.

Os contratos de concessão possuem garantia de reequilíbrio econômico-financeiro no caso de pandemia e, portanto, as perdas de receitas e consequentes alterações no fluxo de caixa durante o período da crise deverão ser compensadas pelas formas previstas em cada contrato por análise e definição em conjunto ao Poder Concedente, podendo ser aumento de tarifa, redução de investimentos, prorrogação do prazo de concessão, dentre outros. O direito do reequilíbrio foi corroborado pelo Parecer nº 261/2020 da AGU – Advocacia Geral da União e a Companhia



Comentário do Desempenho

CONCEBRA

tomará as devidas providências para garantir o reequilíbrio da concessão por ocasião das perdas financeiras obtidas nesse período.

Embora a companhia tenha registrado forte impacto financeiro em função da redução do tráfego no período da Pandemia em razão das medidas de isolamento social promovidas por estados e municípios desde 2020, em meados do 2º trimestre de 2021, com o avanço da campanha de vacinação pelo país e o relaxamento das medidas de isolamento, observa-se uma sensível retomada da economia, com um leve aumento no tráfego nas rodovias administradas por essa concessão.

Importante ressaltar que apesar da expectativa de retomada da economia observada, ainda vivemos em um Estado de Pandemia, conforme decretado pela Organização Mundial da Saúde. Portanto a Administração continua se empenhando para preservação de emprego e manutenção da renda e permanece em contínua avaliação de medidas adicionais que possam ser implementadas a fim de garantir a saúde e segurança dos profissionais e usuários, bem como para garantir o caixa necessário para manutenção da operação da Companhia. Entretanto, importante destacar que a Companhia espera que a Agência Reguladora, no âmbito do Contrato de Concessão, assegure as condições mínimas de tarifa necessárias ao cumprimento das obrigações básicas da Concessionária.

Por fim, gostaria de agradecer, mais uma vez, a todos os *stakeholders* pela confiança depositada.

Odenir José Sanches – CEO



Comentário do Desempenho

CONCEBRA

Desempenho Pró-forma

Principais indicadores (em R\$ mil)	30/09/2021	30/09/2020	Δ
Receita Líquida	183.242	232.629	-21,2%
EBTIDA	50.356	44.301	13,7%
Margem EBTIDA	27,48%	19,04%	44,3%
EBTIDA Ajustado*	52.568	46.295	13,5%
Margem EBTIDA Ajustado*	28,69%	19,90%	44,2%
Resultado Financeiro	(88.622)	(39.745)	123,0%
Lucros ou Prejuízos Líquidos do Negócio	(49.464)	(23.537)	110,2%

*EBTIDA ajustado exclui margem de construção e adiciona o rateio de despesas da controladora.

Resultado – Visão Geral

A receita líquida ajustada apresentou queda de 21,2% no período, impactada principalmente pela redução tarifária de 37,32% aplicada pela ANTT com vigência a partir de 28 de junho de 2020.

No trimestre, o EBITDA ajustado aumentou 13,5%, reflexos das ações tomadas pela empresa para contenção de gastos as quais se fizeram necessárias para gestão do fluxo de caixa, vez que foi mantido a redução da tarifa aplicada desde junho de 2020.

No resultado financeiro, houve piora de 123%, impactado principalmente pelo aumento do índice de atualização da dívida com o BNDES, o IPCA.

A Companhia apresentou prejuízo líquido de R\$49,5 milhões no acumulado do exercício, resultado dos efeitos acima mencionados.



Comentário do Desempenho

CONCEBRA

Impacto COVID-19

Em 11/03/2020 foi declarada a pandemia da COVID-19 pela OMS. Em 20/03/2020 foi reconhecido Estado de Calamidade Pública pelo Congresso Nacional e medidas de contenção da doença no Brasil foram adotadas pelas autoridades estaduais e municipais com o objetivo de redução de circulação de pessoas e aglomerações, como a recomendação ao isolamento social e fechamento de estabelecimentos comerciais.

A Companhia implementou um plano de contingências visando proteger a saúde de seus colaboradores e seus familiares, prestadores de serviços, usuários e sociedade em geral, sendo as principais medidas:

- Afastamento dos profissionais dos grupos de risco;
- Isolamento domiciliar de profissionais com sintomas de gripe ou com suspeita de infecção;
- Intensificação das medidas de higienização e fornecimento de álcool gel nos escritórios, postos de atendimento e principalmente nas praças de pedágio;
- Divulgação de campanhas educativas e informativas, seguindo orientações das autoridades sanitárias;
- Adoção de regime de teletrabalho (*"home office"*) para todos os profissionais enquadrados;
- Adoção de turnos de trabalho e uso de máscaras de proteção para os profissionais não afastados ou não enquadrados no *"home office"*;
- Suspensão de viagens não essenciais;
- Suspensão de eventos e reuniões presenciais;
- Disponibilização de ferramentas e incentivo para realização de reuniões por meio de videoconferência.

Os contratos de concessão possuem garantia de reequilíbrio econômico-financeiro no caso de pandemia e, portanto, as perdas de receitas e consequentes alterações no fluxo de caixa durante o período da crise serão compensadas pelas formas previstas em cada contrato por análise e definição em conjunto ao Poder Concedente, podendo ser aumento de tarifa, redução de investimentos, prorrogação do prazo de concessão, dentre outros. O direito do reequilíbrio foi corroborado pelo Parecer nº 261/2020 da AGU – Advocacia Geral da União.

Até o momento não é possível estimar a dimensão dos impactos, uma vez que a crise decorrente da pandemia ainda está ocorrendo no país, porém a Companhia tomará as devidas providências assim que for encerrado o Estado de Calamidade Pública.



Comentário do Desempenho

CONCEBRA

Demonstração do Resultado do Exercício

(em R\$ mil)	30/09/2021	30/09/2020	Δ
(+) Receita Bruta	200.132	253.209	-21,0%
(-) Tributos	(16.891)	(20.581)	-17,9%
Receita Líquida	183.242	232.629	-21,2%
(-) Custos e Despesas Operacionais	(152.204)	(198.900)	-23,5%
Custos com Mão de Obra	(29.754)	(42.604)	-30,2%
Custos com Operações	(79.112)	(82.521)	-4,1%
Custos com Engenharia	(30.906)	(57.731)	-46,5%
Custos com Conservação	(12.433)	(16.043)	-22,5%
(=) Resultado bruto	31.037	33.729	-8,0%
(-) Despesas Administrativas	(15.881)	(26.066)	-39,1%
Rateio de Despesas Controladora	(2.337)	(2.382)	-1,9%
(+) Outras Receitas Operacionais	1.938	2.104	-7,9%
(-) Outras Despesas Operacionais	(364)	(1.580)	-77,0%
(=) Lucro (Prejuízo) operacional antes do Resultado Financeiro	14.394	5.806	147,9%
(-) Depreciação e Amortização	(35.963)	(38.495)	-6,6%
(=) EBTIDA	50.356	44.301	13,7%
(=) % EBTIDA	27,48%	19,04%	44,3%
Margem de Construção	(125)	(387)	-67,6%
Rateio de Despesas Controladora	2.337	2.382	-1,9%
(=) EBTIDA Ajustado	52.568	46.295	13,5%
(=) % EBTIDA Ajustado	28,69%	19,90%	44,2%
(=) EBIT	14.394	5.806	147,9%
(- / +) Resultado Financeiro	(88.622)	(39.745)	123,0%
Receitas financeiras	25.313	15.746	60,8%
Despesas financeiras	(113.936)	(55.492)	105,3%
(=) Resultado Antes do IRPJ e CSLL	(74.229)	(33.940)	118,7%
(=) Lucro Líquido Antes do IR (LAIR)	(74.229)	(33.940)	118,7%
(-) Imposto Sobre o Lucro	24.765	10.403	138,1%
(=) Lucros ou Prejuízos Líquidos do Negócio	(49.464)	(23.537)	110,2%

Receita Líquida e Desempenho Operacional

(em R\$ mil)	30/09/2021	30/09/2020	Δ
(+) Receita Bruta	200.132	253.209	-21,0%
Receita de pedágios	195.187	237.922	-18,0%
Receita de construção	4.946	15.288	-67,6%
(-) Tributos	(16.891)	(20.581)	-17,9%
Receita Líquida	183.242	232.629	-21,2%
Receita de construção	4.946	15.288	-67,6%
Receita Líquida Ajustada	178.296	217.341	-18,0%

Nota: Receita Líquida Ajustada desconsidera o efeito da Receita de Construção.

A receita líquida ajustada de rodovias totalizou R\$178,3 milhões no acumulado do exercício, 18% inferior ao registrado no mesmo período do ano anterior, resultado da queda significativa da arrecadação de pedágio a partir do terceiro trimestre de 2020, em virtude de decisão proferida no Procedimento Arbitral nº 24595/PFF da Corte Internacional de



Comentário do Desempenho

CONCEBRA

Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (CCI), que autorizou a ANTT a aplicar redução de 37,32% da tarifa do pedágio cobrada pela Concessionária a partir de 28 de junho de 2020.

Abaixo segue demonstrativo do volume de arrecadação e tráfego observado pela Companhia no período acumulado de 2021, comparado com o mesmo período do ano anterior.

COMPOSIÇÃO VOLUME DE ARRECADAÇÃO	set/21	set/20	Δ%
Arrecadação	R\$ 195.186,65	R\$ 237.925,63	-17,96%
Tráfego de Veículos Equivalentes Passantes	69.650,09	62.102,64	12,15%
Tarifa Média Efetiva	R\$ 2,80	R\$ 3,83	-26,80%
Veículos Pesados Equivalentes Passantes	50.182,46	39.980,91	25,52%
Participação no Tráfego Total	72,05%	64,38%	11,91%
Veículos Leves Equivalentes Passantes	19.467,63	22.121,73	-12,00%
Participação no Tráfego Total	27,95%	35,62%	-21,53%
Evasões	168,67	43,82	284,90%

Custos e Despesas Operacionais

Custos Operacionais (em R\$ mil)	30/09/2021	30/09/2020	Δ
(-) Custos Operacionais	(152.204)	(198.900)	-23,48%
Custos com Mão de Obra	(29.754)	(42.604)	-30,16%
Custos com Operações	(79.112)	(82.521)	-4,13%
Custos com Engenharia	(30.906)	(57.731)	-46,47%
Custos com Conservação	(12.433)	(16.043)	-22,50%
Receitas/ Despesas Operacionais (em R\$ mil)	30/09/2021	30/09/2020	Δ
Receitas/ Despesas Operacionais	(16.644)	(27.924)	-40,40%
(-) Despesas Administrativas	(15.881)	(26.066)	-39,08%
Rateio de Despesas Controladora	(2.337)	(2.382)	-1,88%
(+) Outras Receitas Operacionais	1.938	2.104	-7,89%
(-) Outras Despesas Operacionais	(364)	(1.580)	-76,96%

Os custos operacionais ajustados somaram R\$152,2 milhões no acumulado do exercício, 23,48% inferior ao mesmo período do ano anterior. Essa redução se deve principalmente à diminuição do volume de obras de manutenção e conservação da rodovia e consequente restrição no quadro de colaboradores da Concessionária (que em setembro de 2020 era de 1.174 funcionários e em setembro de 2021 é de 923), tendo em vista a redução do fluxo de caixa da companhia ocasionado pela drástica redução da tarifa. Nas despesas administrativas, houve uma limitação nos gastos com consultorias e assessorias, que trabalhavam nos processos em andamento (arbitragem e relicitação) da Companhia.



Comentário do Desempenho

CONCEBRA

EBIT e EBITDA Ajustado

(em R\$ mil)	30/09/2021	30/09/2020	Δ
(=) EBTIDA	50.356	44.301	13,67%
(=) % EBTIDA	27,48%	19,04%	38,71%
Margem de Construção	(125)	(387)	-67,65%
Rateio de Despesas Controladora	2.337	2.382	-1,88%
(=) EBTIDA Ajustado	52.568	46.295	13,55%
(=) % EBTIDA Ajustado	28,69%	19,90%	38,42%
(-) Depreciação e Amortização	(35.963)	(38.495)	-6,58%
EBIT	14.394	5.806	147,93%

Como resultado, o EBITDA ajustado, que exclui efeitos da margem de construção (receita de construção – custo de construção) e adiciona o rateio de despesas da controladora, totalizou R\$ 52,6 milhões no acumulado do exercício, representando um aumento de 13,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse aumento é reflexo das ações tomadas pela empresa para contenção de gastos as quais se fizeram necessárias para gestão do fluxo de caixa, vez que foi mantido a redução da tarifa aplicada desde Junho de 2020.

Resultado Financeiro e Lucro (Prejuízo) Líquido

(em R\$ mil)	30/09/2021	30/09/2020	Δ
Resultado Financeiro	(88.622)	(39.745)	123,0%
Receitas financeiras	25.313	15.746	61%
Despesas financeiras	(113.936)	(55.492)	105%
(=) Resultado Não Operacional	(74.229)	(41.173)	80,3%
(=) Lucro Líquido Antes do IR (LAIR)	(74.229)	(41.173)	80,3%
(-) Imposto Sobre o Lucro	24.765	10.403	138%
(=) Lucros ou Prejuízos Líquidos do Negócio	(49.464)	(30.770)	60,8%

O resultado financeiro apresentou uma despesa 123% superior no período acumulado do exercício comparado ao mesmo período do ano anterior, devido ao aumento na provisão de juros resultado do endividamento da Companhia em função principalmente da elevação do índice de correção da dívida – IPCA, que em 2020 foi de 1,85% e em 2021 é 6,89%. Nas receitas financeiras, observa-se um aumento de 61%, ocasionada pelo aumento da provisão para perdão da dívida do BNDES. A justificativa para esse aumento é que em 2020, com o período de pandemia do COVID19, foi negociado um stand still e a empresa deixou de pagar os juros nos meses de Maio a Outubro, o que contribui para uma redução da provisão do valor a ser perdoado no período. Um outro fator que contribui para esse aumento, é que o valor da dívida em 2021 é superior a 2020, considerando as altas taxas do IPCA para o exercício atual.

O Prejuízo Líquido no período acumulado do ano apresentou um aumento de 60,8% em relação ao mesmo período de 2020, resultado principalmente da drástica redução da tarifa de pedágio aplicada e do custo financeiro da dívida da Companhia.



Comentário do Desempenho

CONCEBRA

Anexos

ATIVO - BALANÇO PATRIMONIAL (R\$ mil)

		30/09/2021	%	31/12/2020
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3	8.782	0,5%	14.528
Banco conta vinculada	3	2.280	0,1%	4.706
Clientes e operações a receber	4	13.973	0,9%	13.752
Impostos a recuperar		20	0,0%	333
Adiantamentos diversos	5	2.223	0,1%	4.115
Despesas antecipadas		1.203	0,1%	560
Total do ativo circulante		28.480	1,8%	37.995
Ativo não circulante				
Depósito judicial		-	0,0%	512
Impostos e contribuições diferidos		166.852	10,4%	140.337
Adiantamento - partes relacionadas	6	44.799	2,8%	45.403
Direitos de Uso		4.778	0,3%	4.947
Imobilizado		3.150	0,2%	3.170
Intangível	7	1.355.140	84,5%	1.380.551
Total do ativo não circulante		1.574.718	98,2%	1.574.920
Total do ativo		1.603.199	100,0%	1.612.915



Comentário do Desempenho

CONCEBRA

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		<u>30/09/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivo circulante			
Fornecedores		11.076	6.786
Empréstimos e financiamentos	8	66.594	90.520
Arrendamento mercantil		3.550	5.032
Obrigações trabalhistas		12.136	11.396
Obrigações fiscais	9	15.431	15.620
Contas a pagar - partes relacionadas	6	12.397	10.088
Outras obrigações		49	5.666
Total do passivo circulante		121.233	145.108
Passivo não circulante			
Provisões para demandas judiciais	18	11.691	12.906
Empréstimos e financiamentos LP	8	1.114.575	1.051.632
Arrendamento mercantil LP		1.242	322
Impostos e contribuições diferidos		88.413	87.900
Obrigações Fiscais	9	2.253	3.028
Total do passivo não circulante		1.218.174	1.155.788
Patrimônio líquido	10		
Capital Social		380.000	380.000
(-) Prejuízos acumulados		(165.918)	(116.454)
AFAC		49.710	49.710
Total do Patrimônio Líquido		263.792	313.256
Total do passivo e patrimônio líquido		1.603.199	1.614.152

Considerações sobre Estimativas

Este documento pode incluir estimativas e declarações futuras e tem por embasamento, em grande parte, nossas expectativas atuais e projeções sobre eventos futuros e tendências financeiras que afetam ou podem afetar os nossos negócios. Embora acreditemos que essas estimativas e declarações futuras encontram-se baseadas em premissas razoáveis, muitos fatores importantes podem afetar de maneira significativa nossos resultados operacionais. Quaisquer considerações futuras, conforme significado previsto no "U.S. Private Securities Litigation Reform Act" de 1995 contemplam diversos riscos e incertezas, e não há garantias de que tais resultados venham a ocorrer.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. Goiânia - GO

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, assim como resumo das práticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade "IAS 34 – Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board (IASB)", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais (ITR) acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfases**Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional**

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia incorreu em prejuízo de R\$ 49.464 mil, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e, nessa mesma data seu passivo circulante excede ao total do ativo circulante em R\$ 92.752 mil, tornando necessária a obtenção de recursos financeiros significativos junto a seus acionistas e a terceiros, para cumprir com seus compromissos. Adicionalmente, conforme informado na mesma nota explicativa, em 13 de abril de 2020 divulgou fato relevante informando que requereu junto à Agência Nacional de Transportes Terrestre (ANTT) que sua concessão fosse submetida a processo de relicitação nos termos da Lei nº 13.448/17, regulamentada pelo Decreto nº 9.957/19. Em 22 de junho de 2021, conforme Deliberação nº 216, a Diretoria da ANTT, considerando que a pactuação da relicitação seria a melhor alternativa regulatória, aprovou a proposta apresentada pela Concebra, sendo, a partir de então, o processo encaminhado ao Ministério da Infraestrutura. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos**Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**

As informações trimestrais acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de setembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Goiânia, 10 de novembro de 2021.

BDO RCS Auditores Independentes SS CRC 2 GO 001837/F-4

Eduardo Affonso de Vasconcelos Contador CRC 1 SP 166001/O-3 – S - GO

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Concebra – Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. Goiânia - GO

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concebra - Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, assim como resumo das práticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade "IAS 34 – Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board (IASB)", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais (ITR) acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfases**Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional**

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia incorreu em prejuízo de R\$ 49.464 mil, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021 e, nessa mesma data seu passivo circulante excede ao total do ativo circulante em R\$ 92.752 mil, tornando necessária a obtenção de recursos financeiros significativos junto a seus acionistas e a terceiros, para cumprir com seus compromissos. Adicionalmente, conforme informado na mesma nota explicativa, em 13 de abril de 2020 divulgou fato relevante informando que requereu junto à Agência Nacional de Transportes Terrestre (ANTT) que sua concessão fosse submetida a processo de relicitação nos termos da Lei nº 13.448/17, regulamentada pelo Decreto nº 9.957/19. Em 22 de junho de 2021, conforme Deliberação nº 216, a Diretoria da ANTT, considerando que a pactuação da relicitação seria a melhor alternativa regulatória, aprovou a proposta apresentada pela Concebra, sendo, a partir de então, o processo encaminhado ao Ministério da Infraestrutura. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na referida nota, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos**Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**

As informações trimestrais acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de setembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Goiânia, 10 de novembro de 2021.

BDO RCS Auditores Independentes SS CRC 2 GO 001837/F-4

Eduardo Affonso de Vasconcelos Contador CRC 1 SP 166001/O-3 – S - GO

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Em observância as disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, com as opiniões expressas no relatório da BDO RCS Auditores Independentes S.S. sobre as informações Trimestrais da Companhia, emitido em 10 de novembro de 2021 e com as informações contábeis intermediárias relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021.

Goiânia, 10 de novembro de 2021.

Odenir José Sanches
Diretor Presidente

Daniel Severo Amaral
Diretor Administrativo Financeiro e de Relação com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da BDO RCS Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia, emitido em 10 de novembro de 2021 e com as informações contábeis intermediárias relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021.

Odenir José Sanches
Diretor Presidente

Daniel Severo Amaral
Diretor Administrativo Financeiro e de Relação com Investidores